



**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2020  
(Da Deputada Edna Henrique)**

**Dispõe sobre a ampliação valores do benefício de abatimento do saldo devedor dos arts. 6º-B e 6º-F e sua extensão desse benefício a todos os profissionais de saúde que trabalhem no Sistema Único de Saúde (SUS), durante o período de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.**

**O Congresso Nacional decreta:**

“Art. \_\_\_\_\_ 6º-B  
.....  
.....  
.....

§ 8º O percentual de abatimento mensal referido no **caput** deste artigo será, excepcionalmente, enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, de 2% (dois por cento) para os beneficiários deste artigo e para os demais profissionais de saúde que comprovadamente trabalhem no Sistema Único de Saúde (SUS) e que tenham sido estudantes financiados pelo Fies durante seu respectivo curso superior.” (NR)





“Art.

6º-

F .....

.....

.....

§ 4º Os percentuais de abatimento mensal referidos no **caput** deste artigo serão, enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, excepcionalmente, de:

I - 2% (dois por cento) para os beneficiários de que tratam o inciso I do **caput** e o § 2º do art. 6º-B desta Lei;

II - 90% (noventa por cento) para os beneficiários de que trata o inciso II do **caput** do art. 6º-B desta Lei e para os demais profissionais de saúde que comprovadamente trabalhem no Sistema Único de Saúde (SUS) no período e que tenham sido estudantes financiados pelo Fies durante seu respectivo curso superior.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A atuação dos profissionais de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) é, como se sabe, essencial para o enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (Covid-19). Para que os profissionais de saúde que foram estudantes beneficiários do financiamento estudantil tenham um estímulo adicional para se manterem trabalhando no SUS, propomos a ampliação dos benefícios concedidos nos arts. 6º-B e 6º-F da Lei do Fies.

A ideia é que, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

nº 6, de 20 de março de 2020, todos os profissionais de saúde que trabalharem no SUS durante o período possam ser beneficiários dos arts. 6º-B e 6º-F e que sejam ampliados os percentuais previstos na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para 2% de abatimento mensal do saldo devedor (art. 6º-B), bem como para 2% e 90% de abatimento, nas condições atualmente previstas no art. 6º-F da Lei do Fies.

Diante do exposto, conclamamos os Nobres Pares a apoiarem esta proposição legislativa.

Sala das Sessões, em                      de                      de  
2020.

Deputada **EDNA HENRIQUE**  
**PSDB/PB**

